



Proc. Administrativo 28- 030/2024

De: Pamela S. - LICEDUC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/07/2024 às 10:50:59

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, GP, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-JURIDICO-ADM, SECEDU, SECEDU-DOC-ESCOLAR, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços, LICEDUC

Abertura de processo Licitatório para aquisição de Sistema de Monitoramento

Segue documentação corrigida para análise.

—
Pâmela Fernanda da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

ETP.pdf

TR.pdf

TR_18_07_2_.docx

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de materiais e serviços de instalação de sistema de monitoramento em Escolas e Cmeis Municipais no município de Dois Vizinhos-PR.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A instalação de câmeras de segurança em escolas Municipais e CMEIs pode ser justificado por vários motivos:

- **Prevenção e segurança:** As câmeras ajudam a prevenir atividades ilegais, como vandalismo, roubo ou invasão nas instituições educacionais. Elas também podem auxiliar na identificação e resolução de qualquer incidente que possa ocorrer da escola.
- **Proteção dos alunos:** As câmeras deixam um ambiente mais seguro para os alunos, professores e funcionários das escolas, podem monitorar áreas comuns, corredores, pátios estacionamentos, permitindo que a equipe escolar esteja ciente do que está acontecendo em tempo.
- **Resolução de conflitos:** Em casos de bullying ou outros tipos de conflito entre estudantes, as imagens capturadas pelas câmeras podem ajudar a esclarecer o que realmente aconteceu e facilitar a intervenção adequada por parte da administração escolar.
- **Monitoramento das atividades dos visitantes:** É importante garantir um ambiente seguro para todos dentro da escola, incluindo visitantes como pais, responsáveis e prestadores de serviços externos. As câmeras podem rastrear quem entra e sai do prédio principal e fornecer registros visuais caso haja algum problema com um visitante específico.
- **Prevenção ao abuso infantil:** Infelizmente, casos de abuso infantil podem ocorrer até mesmo em ambientes educacionais. A presença das câmeras pode encorajar comportamentos inadequados por parte dos adultos presentes nas instalações.
- **Promoção da transparência:** A instalação das câmeras pode transmitir uma mensagem clara aos pais/responsáveis dos alunos sobre o compromisso da instituição com a proteção dos estudantes durante sua estadia na escola ou CMEI.
- É importante ressaltar que as gravações devem ser feitas de maneira ética e respeitosa, garantindo a privacidade dos alunos e funcionários. Além disso, é necessário informar claramente a presença das câmeras e o propósito de sua instalação para todos os envolvidos. A implementação de políticas claras sobre o uso das imagens capturadas



pelas câmeras também é fundamental para garantir o cumprimento das leis de privacidade e proteção de dados.

- Em resumo, a instalação de câmeras de segurança em escolas e CMEIs pode contribuir significativamente para a prevenção de incidentes, segurança dos alunos e funcionários, além de promover um ambiente mais seguro e transparente dentro dessas instituições educacionais.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Embora a contratação de câmeras de segurança não tenha sido prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2024, a necessidade emergente de reforçar a segurança nas instituições demanda uma revisão e justificativa para a inclusão deste item. Este documento apresenta as razões para a contratação não prevista, destacando os benefícios e a urgência da aquisição. Recomenda-se a revisão do PAC 2024 para incluir a contratação de câmeras de segurança, priorizando a alocação de recursos necessários para essa finalidade. Essa ação garantirá um ambiente mais seguro e protegido, refletindo o compromisso da instituição com a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe (CREA ou CFT);
- b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado (CREA ou CFT);
- c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- d) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).
- e) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da proponente.
- f) Sustentabilidade: Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa



proponente. A Administração também planeja que os impactos decorrentes da contratação serão mitigados quando da utilização mínima de papel, com encaminhamento de diretrizes para execução dos trabalhos de forma totalmente eletrônica, utilizando de forma excepcional a impressão dos mesmos.

g) Subcontratação: Tendo em vista a responsabilidade técnica inerente ao objeto, não é admitida a subcontratação da execução em nenhuma parte, seja fabricação ou instalação dos produtos.

h) As exigências são aplicáveis a todos os itens indistintamente.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Tendo em vista a necessidade, estima-se e requer-se a contratação de sistema de segurança para cada estabelecimento de ensino onde não possui o os equipamentos em todas as salas.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Os serviços de monitoramento escolar, geralmente dividem-se em vigilância humana, armada e desarmada, e em vigilância eletrônica. Para o objeto em questão, a forma mais viável e segura é a eletrônica e monitorada, sendo suficientes para o atendimento da demanda. Esses serviços são prestados por diversas empresas do ramo, não havendo exigências nos requisitos elencados acima que provoquem restrições à competitividade.

A contratação de solução tecnológica permite o acompanhamento em tempo real das filmagens que são armazenadas em nuvem e disponibilizadas de forma automática e ininterrupta ao usuário.

Esta opção se apresenta como a mais simples, colocando em apenas uma contratação todas as soluções necessárias, mitigando a necessidade de contratar diversos serviços e materiais em processos separados, e correndo o risco de se perder o objetivo da contratação se em apenas um dos contratos, algo não sair como o planejado;

O levantamento das soluções disponíveis para a aquisição de câmeras de segurança deve considerar uma variedade de fatores, incluindo os tipos de câmeras, tecnologias adicionais, custos e fornecedores.

Por esse motivo, a solução mais viável para este objeto, é a aquisição dos materiais e contratação do serviço de instalação do sistema de monitoramento através de pregão eletrônico promovendo a competitividade e a transparência dos atos públicos e por ser o meio mais eficaz e econômico.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Tendo em vista o valor de mercado das soluções estima-se o valor total da contratação em R\$ **299.039,70** (duzentos e noventa e nove mil, trinta e nove reais e setenta centavos).



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Tendo em vista a necessidade de conhecimento e a alta responsabilidade técnica que envolve os equipamentos e instalação de sistema de segurança para os estabelecimentos de ensino objetiva-se através do presente processo de licitação a contratação de empresa especializada, com arcabouço técnico e empírico, para o fornecimento dos materiais e instalação deste objeto seguindo todas as normas e regulamentos afeitos à espécie.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Pretende-se realizar a contratação de empresa para a prestação do serviço e empresa para aquisição dos materiais.

Neste caso o item não terá seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Pretende-se com a implantação do sistema de monitoramento escolar, por meio de compra dos equipamentos e contratação dos serviços, por ser uma solução viável técnica, jurídica e financeiramente, razoável e proporcional para o atendimento da necessidade; Preservar a integridade e segurança da comunidade escolar, inibir roubos, furtos, prevenção de abusos, resolução de conflitos; Detectar a presença de pessoas não autorizadas no ambiente; Comunicação rápida e eficiente de quaisquer incidentes que possam ocorrer dentro da instituição escolar.

Diante das análises acima consubstanciadas, pretende-se suprir necessidade de CMEIs e Escolas Municipais com fornecidos dos Sistemas de Segurança devidamente instalados por empresa privada. Pretende-se que a aquisição resulte em equipamentos, duráveis, seguros e de acordo com as normas vigentes.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Tendo em vista não se tratar de serviço técnico profissional não haverá necessidade de indicação de Fiscal Técnico.



Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Clari Tereza Meredyk
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rita Nara Rosani Nuske Luft
Suplente Administrativo:	Fernanda Berns França

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Haverá contratações correlatas. Será adquirido monitores através do Pregão 021/2024, Ata Nº 118/2024, Fornecedor: VERZA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 51.401.315/0001-81.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada se comprometa a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente. A Administração também planeja que os impactos decorrentes da contratação serão mitigados quando da utilização mínima de papel, com encaminhamento de diretrizes para execução dos trabalhos de forma totalmente eletrônica, utilizando de forma excepcional a impressão dos mesmos.

A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigo 3º e 10º Resolução nº 307, de 05/07/2022 e do Conselho Nacional de MEIO Ambiente – CONAMA. Todos os resíduos gerados pelos serviços deverão ser descartados da forma ambientalmente correta, para não causar possíveis impactos ao meio ambiente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa(s) para fornecimento de Sistema de Segurança para CMEIs e Escolas Municipais.

14. REGIME DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS

Não se aplica

15. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Modalidade: Licitação – Pregão Eletrônico
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Modo de Disputa: Aberto.

16. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL.

Trata-se de Pregão eletrônico para Aquisição de materiais e serviços para implantação de Sistema de Segurança. Requer-se o Atestado de Capacidade Técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação. Com relação ao Registro no órgão de Classe, tanto da empresa quanto do Responsável Técnico, e a comprovação do respectivo vínculo, é essencial para garantir a segurança, qualidade, conformidade legal e o desenvolvimento adequado dos serviços. Contratar uma empresa e o seu responsável técnico, ambos devidamente registrados junto ao Órgão de Classe competente traz a certeza do conhecimento e a experiência necessários para instalação de equipamentos seguros e duráveis, com a finalidade de proteger tanto as crianças quanto professores e demais servidores que convivem nestes ambientes.

17. ANÁLISE DE RISCOS

Em anexo

18. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado assim como o valor máximo aceitável para a Contratação poderão ser divulgados aos interessados, tendo em vista que o sigilo não acarretará economicidade ou qualquer outra vantagem aos cofres públicos

Dois Vizinhos, 07 de junho de 2024.

Leda Maria Ferrari
Gestora da Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes
Decreto N.º 20806/2024



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – PR

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto deste a aquisição de materiais e serviços para instalação de sistema de segurança para Secretaria Municipal de Educação do município de Dois Vizinhos - PR. Exclusivo para a participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Lote: 1						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un	Preço máximo	Preço máximo total
1	29832144	FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 5 A Bivolt 100-240v Tensão ajustável 11.5 a 13.8vcd Com capacidade de alimentação mínima de 10 câmeras por fonte.	50	UN	89,54	4.477,00
2	29832145	CAMERAS DE SEGURANÇA EXTERNA Características: tipo de resolução em hd alcance de 20 metros ip66 resistente a agua - aplicação externa tipo bul-let resolução de 1 megapixel campo de visão de mínimo 96° com visão noturna infravermelho lente de 3,6mm Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	200	UN	187,41	37.482,00
3	29832146	GRAVADOR DIGITAL DE IMAGENS DE 8 CANAIS COM HD DE 2 TERABYTE 8 saída de câmeras via a cabo coaxial expansível mais 2 canais ip gravação com resolução 1080 megapixel com-patível com tecnologias hdcvi/hdvti/ahd/ip/analógica que permita entrada de áudio no canal 1 modo de gravação continua ou por movimento backup das imagens com app para visualização em smartphone e compatível com software da empresa contratada para monitoramento do sistema de alarme. Conexão com internet por cabo rj45 acesso as imagens por app por nuvem. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	30	UN	1.321,03	39.630,90
4	29832147	HD 3 TERABYTE Interface sata 5400 rpm	30	UN	701,73	21.051,90

TERMO DE REFERÊNCIA

		cache de 64 mb capacidade de armazenamento de 3 terabyte garantia de 3 anos fornecida pelo fabricante.Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.				
5	29832148	PARES DE CONVERSOR VIDEO BALUN Recebe e transmite um sinal de vídeo através de um par de fios. Distância de transmissão: 400m HD-CVI/AHD e 200M HD-TVI. Formato de vídeo: NTSC, PAL, CCIR, SECAM Tipos de cabos compatíveis: cabos tipo manga. UTP Cat.5, 5e ou CAT6.Conectores: BNC Macho e ""Press-fit"" blocos de terminais.	250	PAR	25,80	6.450,00
6	29832149	CONECTORES P4 MACHO Interface: P4, Material: Cobre	500	UN	2,37	1.185,00
7	29832150	CAIXA PLASTICA BRANCA Caixa plástica para instalações elétricas, passagem e comando.Comprimento x Largura x Profundidade: 10 a 12 cm x 10 x 12 cm x 5 a 7 cm Suporte temperatura com variação minima de -20 °C a 60 °C.	320	UN	24,38	7.801,60
8	29832151	CABO UTP INTERNO CABO UTP INTERNO 8 vias par trançado cat5 100% cobre.	9.000	M	2,43	21.870,00
9	29832152	CABO UTP EXTERNO CAPA DUPLA 8 vias par trançado cat5 e 100% cobre	9.000	M	4,22	37.980,00
10	29832153	SERVIÇO INSTALAÇÃO FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 5A	50	UN	50,00	2.500,00
11	29832154	SERVIÇO INSTALAÇÃO CAMERAS DE SEGURANÇA EXTERNA	200	UN	101,29	20.258,00
12	29832155	SERVIÇO INSTALAÇÃO GRAVADOR DIGITAL DE IMAGENS DE 8 CANAIS COM HD 2TB	30	UN	227,80	6.834,00
TOTAL						207.520,40

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da data de sua publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A instalação de câmeras de segurança em escolas Municipais e CMEIs pode ser justificado por vários motivos:

2.2 Prevenção e segurança: As câmeras ajudam a prevenir atividades ilegais, como vandalismo, roubo ou invasão nas instituições educacionais. Elas também podem auxiliar na identificação e resolução de qualquer incidente que possa ocorrer da escola.

2.3 Proteção dos alunos: As câmeras deixam um ambiente mais seguro para os alunos, professores e funcionários das escolas, podem monitorar áreas comuns, corredores, pátios estacionamentos, permitindo que a equipe escolar esteja ciente do que está acontecendo em tempo.

2.4 Resolução de conflitos: Em casos de bullying ou outros tipos de conflito entre estudantes, as imagens capturadas pelas câmeras podem ajudar a esclarecer o que realmente aconteceu e facilitar a intervenção adequada por parte da administração escolar.

2.5 Monitoramento das atividades dos visitantes: É importante garantir um ambiente seguro para todos dentro da escola, incluindo visitantes como pais, responsáveis e prestadores de serviços externos. As câmeras podem rastrear quem entra e sai do prédio principal e fornecer registros visuais caso haja algum problema com um visitante específico.

2.6 Prevenção ao abuso infantil: Infelizmente, casos de abuso infantil podem ocorrer até mesmo em ambientes educacionais. A presença das câmeras pode encorajar comportamentos inadequados por parte dos adultos presentes nas instalações.

2.7 Promoção da transparência: A instalação das câmeras pode transmitir uma mensagem clara aos pais/responsáveis dos alunos sobre o compromisso da instituição com a proteção dos estudantes durante sua estadia na escola ou CMEI.

2.8 É importante ressaltar que as gravações devem ser feitas de maneira ética e respeitosa, garantindo a privacidade dos alunos e funcionários.

2.9 Além disso, é necessário informar claramente a presença das câmeras e o propósito de sua instalação para todos os envolvidos. A implementação de políticas claras sobre o uso das imagens capturadas pelas câmeras também é fundamental para garantir o cumprimento das leis de privacidade e proteção de dados.

2.10 Em resumo, a instalação de câmeras de segurança em escolas e CMEIs pode contribuir significativamente para a prevenção de incidentes, segurança dos alunos e funcionários, além de promover um ambiente mais seguro e transparente dentro dessas instituições educacionais.

2.11 Embora a contratação de câmeras de segurança não tenha sido prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2024, a necessidade emergente de reforçar a segurança nas instituições demanda uma revisão e justificativa para a inclusão deste item. Este documento apresenta as razões para a contratação não prevista, destacando os benefícios e a urgência da aquisição. Recomenda-se a revisão do PAC 2024 para incluir a contratação de câmeras de segurança, priorizando a alocação de recursos necessários para essa finalidade. Essa ação garantirá um ambiente mais seguro e protegido, refletindo o compromisso da instituição com a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Tendo em vista a necessidade de conhecimento e a alta responsabilidade técnica que envolve os equipamentos e instalação de sistema de segurança para os estabelecimentos de ensino objetiva-se através do presente processo de licitação a contratação de empresa especializada, com arcabouço técnico e

empírico, para o fornecimento dos materiais e instalação deste objeto seguindo todas as normas e regulamentos afeitos à espécie.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe (CREA ou CFT);
- b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado (CREA ou CFT);
- c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- d) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).
- e) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da proponente.
- f) Sustentabilidade: Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente. A Administração também planeja que os impactos decorrentes da contratação serão mitigados quando da utilização mínima de papel, com encaminhamento de diretrizes para execução dos trabalhos de forma totalmente eletrônica, utilizando de forma excepcional a impressão dos mesmos.
- g) Subcontratação: Tendo em vista a responsabilidade técnica inerente ao objeto, não é admitida a subcontratação da execução em nenhuma parte, seja fabricação ou instalação dos produtos.
- h) As exigências são aplicáveis a todos os itens indistintamente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Prazo e local de entrega dos materiais: O objeto desta licitação, deverá ser entregue na Prefeitura Municipal, aos cuidados do Departamento de Compras, no endereço Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, centro, Dois Vizinhos/PR, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de Empenho, sem qualquer ônus de entrega nos dias úteis, das (8:00 as 12:00) horas e das (13:30 as 17:00) horas.

5.2. Prazo e local de execução dos serviços: Tendo em vista a segurança dos bens imóveis bem como do mobiliário, equipamentos e demais itens componentes do patrimônio do Município, o prazo para execução dos serviços de substituição e instalação será de no máximo 4 (quatro) horas úteis a contar do momento da solicitação (Considera-se como hora útil, para efeito

da contagem deste prazo, o horário de expediente da Administração Municipal, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto Municipal 16.780/2021).

5.3. Dos serviços: Os serviços consistirão na instalação e/ou substituição de componentes do sistema de sistemas de segurança em todos os estabelecimentos de ensino públicos municipais, inclusive os localizados na zona rural do Município.

5.4. Nota explicativa:

*As unidades de ensino do interior do Município (4 unidades) são:

- Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, localizada na comunidade de São Francisco do Bandeira (distante da Prefeitura 25 km),
- Escola Municipal do Campo Plínio Salgado, localizado na Linha Conrado (distante da Prefeitura 10 km),
- Escola Municipal do Campo José Bonifácio, localizada na Linha Empossado (distante da Prefeitura 12 km),
- Escola Municipal do Campo Presidente Juscelino Kubistchek, localizado na comunidade de Santa Lucia (distante da Prefeitura 18 km).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. Da garantia para os aparelhos e materiais objetos desta licitação deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios de fabricação.

5.6. Os produtos desta licitação deverão ser de primeira qualidade e em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente.

5.7. Os produtos deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Comprovado que o produto ou serviço fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente alguma divergência, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

5.9. O prazo de garantia legal é de noventa dias, conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 21 (vinte e um) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término da garantia legal, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) meses de garantia.

5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.15. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de abertura do pedido de assistência técnica.

5.16. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação

do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

5.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento parcial ou total, em nenhuma hipótese.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação - pregão eletrônico, Menor Preço por Item. Aberto.

Forma de fornecimento

8.2. Prazo e local de entrega dos materiais: O objeto desta licitação, deverá ser entregue na Prefeitura Municipal, aos cuidados do Departamento de Compras, no endereço Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, centro, Dois Vizinhos/PR, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de Empenho, sem qualquer ônus de entrega nos dias úteis, das (8:00 as 12:00) horas e das (13:30 as 17:00) horas.

8.3. Prazo e local de execução dos serviços: Tendo em vista a segurança dos bens imóveis bem como do mobiliário, equipamentos e demais itens componentes do patrimônio do Município, o prazo para execução dos serviços de substituição e instalação será de no máximo 4 (quatro) horas úteis a contar do momento da solicitação (Considera-se como hora útil, para efeito da contagem deste prazo, o horário de expediente da Administração Municipal, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto Municipal 16.780/2021).

8.4. Dos serviços: Os serviços consistirão na instalação e/ou substituição de componentes do sistema de monitoramento, alarmes, e sistemas de segurança em todos os prédios públicos municipais, inclusive os localizados na zona rural do Município.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.23. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.24. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da **consolidação** respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.38. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.40. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.41. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.42. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.43. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.44. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.45. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as

8.46. informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.47. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.48. Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

8.49. Certificado de Registro de Pessoa Física (com atribuição para o objeto licitado) emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe (CREA ou CFT);

b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado (CREA ou CFT);

c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

d) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

e) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da proponente

8.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.52.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.52.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.52.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.52.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.52.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.52.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.52.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 207.520,40 (duzentos e sete mil, quinhentos e vinte reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- II) Unidade: 001 Departamento de Ensino;
- III) Projeto ou Atividade: 12.361.0006.2030 Ensino Fundamental;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- V) Conta de Despesa: 02570 E;
- VI) Fonte de Recurso: 0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 07 de junho de 2024.

Leda Maria Ferrari

TERMO DE REFERÊNCIA

Gestora da Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes

Decreto N.º 20806/2024





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EE2B-422D-4051-CEAC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 30/07/2024 15:36:11 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/EE2B-422D-4051-CEAC>